

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	9
--------------------------------	---

DMPL - 26/05/2021 à 31/12/2021	10
--------------------------------	----

DMPL - 26/05/2020 à 31/12/2020	11
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	14
---	----

Notas Explicativas	28
--------------------	----

Proposta de Orçamento de Capital	66
----------------------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	67
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	70
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	71
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	79.440.239
Preferenciais	636.322.028
Total	715.762.267
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1	Ativo Total	10.095.455	8.180.526	0
1.01	Ativo Circulante	1.584.350	866.858	0
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	87.872	15.370	0
1.01.02	Aplicações Financeiras	104.362	191.064	0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	104.362	191.064	0
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras	104.362	191.064	0
1.01.03	Contas a Receber	1.363.485	651.082	0
1.01.03.01	Clientes	1.363.485	651.082	0
1.01.04	Estoques	14.823	2.551	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	8.783	1.924	0
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	8.783	1.924	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	5.025	4.867	0
1.01.08.03	Outros	5.025	4.867	0
1.01.08.03.05	Outros Créditos	5.025	4.867	0
1.02	Ativo Não Circulante	8.511.105	7.313.668	0
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	19.773	9	0
1.02.01.04	Contas a Receber	15.954	9	0
1.02.01.04.01	Clientes	15.954	9	0
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	3.819	0	0
1.02.01.10.06	Depósitos Judiciais	3.819	0	0
1.02.03	Imobilizado	53.169	18.437	0
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	11.695	7.535	0
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	41.474	10.902	0
1.02.04	Intangível	8.438.163	7.295.222	0
1.02.04.01	Intangíveis	8.438.163	7.295.222	0
1.02.04.01.02	Ativo de contrato da concessão	244.861	39.497	0
1.02.04.01.03	Intangível	8.193.302	7.255.725	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2	Passivo Total	10.095.455	8.180.526	0
2.01	Passivo Circulante	4.586.260	545.783	0
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	23.745	2.997	0
2.01.01.01	Obrigações Sociais	7.949	1.814	0
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	15.796	1.183	0
2.01.02	Fornecedores	839.768	374.818	0
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	839.768	374.818	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	8.931	20.693	0
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	7.968	20.486	0
2.01.03.01.02	Obrigações Fiscais e Federais	7.968	20.486	0
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	5	65	0
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	958	142	0
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	3.477.721	64.864	0
2.01.04.02	Debêntures	3.477.721	64.864	0
2.01.05	Outras Obrigações	236.095	82.411	0
2.01.05.02	Outros	236.095	82.411	0
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	142.610	61.208	0
2.01.05.02.08	Outras Contas a Pagar	93.485	21.203	0
2.02	Passivo Não Circulante	1.675.071	4.754.841	0
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	3.366.958	0
2.02.01.02	Debêntures	0	3.366.958	0
2.02.02	Outras Obrigações	1.509.867	1.312.145	0
2.02.02.02	Outros	1.509.867	1.312.145	0
2.02.02.02.03	Fornecedores e empreiteiros	101	201	0
2.02.02.02.08	Outras Contas a Pagar	1.509.766	1.311.944	0
2.02.03	Tributos Diferidos	165.204	75.738	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	165.204	75.738	0
2.03	Patrimônio Líquido	3.834.124	2.879.902	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2.03.01	Capital Social Realizado	2.795.969	2.346.068	0
2.03.01.01	Capital Social	2.795.969	2.346.068	0
2.03.02	Reservas de Capital	691.024	448.045	0
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	34.790	0	0
2.03.02.07	Reservas de Capital	656.234	448.045	0
2.03.04	Reservas de Lucros	347.131	85.789	0
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	347.131	85.789	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 26/05/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 26/05/2020 à 31/12/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	4.195.848	699.047	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.755.849	-382.909	0
3.03	Resultado Bruto	1.439.999	316.138	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-764.585	-85.938	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-765.095	-85.938	0
3.04.02.01	Despesas Administrativas e Gerais	-765.095	-85.938	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	523	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-13	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	675.414	230.200	0
3.06	Resultado Financeiro	-156.918	-7.465	0
3.06.01	Receitas Financeiras	43.972	9.760	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-200.890	-17.225	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	518.496	222.735	0
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-175.752	-75.738	0
3.08.01	Corrente	-86.286	0	0
3.08.02	Diferido	-89.466	-75.738	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	342.744	146.997	0
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	342.744	146.997	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	2,68066	1,08	0
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,84027	0,31614	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 26/05/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 26/05/2020 à 31/12/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	342.744	146.997	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	342.744	146.997	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 26/05/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 26/05/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-20.343	-36.045	0
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.222.320	296.064	0
6.01.01.01	Resultado Antes dos Tributos	518.496	222.735	0
6.01.01.02	Amortização e Depreciação	232.460	35.222	0
6.01.01.04	Perda Esperada para Créditos de Liquidação Duvidosa	450.142	31.850	0
6.01.01.06	Resultado na Baixa do Imobilizado	191	0	0
6.01.01.09	Rendimentos de Aplicações Financeiras	-20.210	-9.740	0
6.01.01.11	Encargos Sobre Debêntures	20.217	9.740	0
6.01.01.13	Amortização do Custo de Captação	17.506	6.254	0
6.01.01.15	Ajuste a Valor Presente de Clientes	3.518	3	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-668.338	-273.820	0
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-1.182.007	-682.944	0
6.01.02.02	Estoques	-12.272	-2.551	0
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	-8.451	-219	0
6.01.02.06	Depósitos Judiciais	-3.819	0	0
6.01.02.07	Outros Créditos	-158	-4.867	0
6.01.02.12	Fornecedores e Empreiteiros	464.850	375.019	0
6.01.02.13	Obrigações Trabalhistas e Sociais	20.748	2.997	0
6.01.02.14	Obrigações Fiscais	-11.762	20.693	0
6.01.02.18	Outras Contas a Pagar	64.533	18.052	0
6.01.03	Outros	-574.325	-58.289	0
6.01.03.01	Juros Pagos	-494.289	-58.289	0
6.01.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-80.036	0	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-600.035	-6.103.402	0
6.02.01	Aplicações Financeiras, Líquidas	86.210	-188.901	0
6.02.02	Juros Recebidos	16.044	5.872	0
6.02.14	Aquisição de Ativo de Contrato da Concessão	-697.771	-52.026	0
6.02.15	Aquisição de Intangível	0	-5.860.808	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 26/05/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 26/05/2020 à 31/12/2020
6.02.16	Aquisição de Imobilizado	-4.518	-7.539	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	692.880	6.154.817	0
6.03.01	Debêntures Captadas	0	3.400.000	0
6.03.02	Aumento de capital social	658.090	2.346.068	0
6.03.03	Custo na Captação de Debêntures	0	-39.296	0
6.03.11	Reserva de Capital	0	448.045	0
6.03.14	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	34.790	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	72.502	15.370	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	15.370	0	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	87.872	15.370	0

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.346.068	448.045	85.789	0	0	2.879.902
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.346.068	448.045	85.789	0	0	2.879.902
5.04	Transações de Capital com os Sócios	449.901	242.979	0	-64.088	0	628.792
5.04.01	Aumentos de Capital	449.901	208.189	0	0	0	658.090
5.04.09	Dividendo Intercalares	0	0	0	-64.088	0	-64.088
5.04.11	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	34.790	0	0	0	34.790
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	342.744	0	342.744
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	342.744	0	342.744
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	261.342	-278.656	0	-17.314
5.06.04	Reserva Legal	0	0	17.137	-17.137	0	0
5.06.05	Retenção de Lucros	0	0	244.205	-244.205	0	0
5.06.08	Dividendos Mínimo Obrigatório	0	0	0	-17.314	0	-17.314
5.07	Saldos Finais	2.795.969	691.024	347.131	0	0	3.834.124

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 26/05/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	0	0	0	0	0	0
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	0	0	0	0	0	0
5.04	Transações de Capital com os Sócios	2.346.068	448.045	0	-61.208	0	2.732.905
5.04.08	Integralização de Capital Social	2.346.068	448.045	0	0	0	2.794.113
5.04.09	Dividendo Intercalares	0	0	0	-61.208	0	-61.208
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	146.997	0	146.997
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	146.997	0	146.997
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	85.789	-85.789	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	7.350	-7.350	0	0
5.06.05	Retenção de Lucros	0	0	78.439	-78.439	0	0
5.07	Saldos Finais	2.346.068	448.045	85.789	0	0	2.879.902

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 26/05/2020 à 31/12/2020

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	0	0	0	0	0	0
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	0	0	0	0	0	0
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	0	0	0	0	0	0

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 26/05/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 26/05/2020 à 31/12/2020
7.01	Receitas	4.102.781	733.147	0
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.854.629	712.971	0
7.01.02	Outras Receitas	523	0	0
7.01.02.02	Outras Receitas	523	0	0
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	697.771	52.026	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-450.142	-31.850	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.846.167	-391.535	0
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.754.265	-285.258	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-394.131	-54.251	0
7.02.04	Outros	-697.771	-52.026	0
7.02.04.01	Custo de Construção	-697.771	-52.026	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.256.614	341.612	0
7.04	Retenções	-232.460	-35.222	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-232.460	-35.222	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.024.154	306.390	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	43.972	9.760	0
7.06.02	Receitas Financeiras	43.972	9.760	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.068.126	316.150	0
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.068.126	316.150	0
7.08.01	Pessoal	104.202	12.940	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	72.164	9.312	0
7.08.01.02	Benefícios	27.295	2.928	0
7.08.01.03	F.G.T.S.	4.743	700	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	551.153	143.919	0
7.08.02.01	Federais	549.088	143.864	0
7.08.02.02	Estaduais	94	0	0
7.08.02.03	Municipais	1.971	55	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	70.027	12.294	0

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 26/05/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 26/05/2020 à 31/12/2020
7.08.03.01	Juros	29.004	9.899	0
7.08.03.02	Aluguéis	41.023	2.395	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	342.744	146.997	0
7.08.04.02	Dividendos	81.402	61.208	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	261.342	85.789	0

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

EBITDA atinge R\$ 173,4 milhões no 4T22 e R\$ 907,9 milhões no 12M22

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2023. A Águas do Rio 4 SPE S.A. ("Companhia", "Concessionária" ou "Águas do Rio 4"), presente na cidade e estado do Rio de Janeiro, anuncia hoje os resultados do quarto trimestre de 2023 ("4T22") e do ano de 2022 ("12M22"). Toda e qualquer informação não contábil ou derivada de números não contábeis não foi examinada pelos auditores independentes.

Destaques

- **Receita Líquida de R\$ 667,6 milhões no 4T22 e de R\$ 3,5 bilhões no 12M22;**
- **EBITDA de R\$ 173,4 milhões no 4T22, com Margem EBITDA de 25,6%. No 12M22, o EBITDA foi de R\$ 907,9 milhões, com Margem EBITDA de 26,0%;**
- **Lucro Líquido de R\$ 22,5 milhões no 4T22 e de R\$ 342,7 milhões no 12M22;**
- **A Companhia e a coligada Águas do Rio 1 realizaram mais de R\$ 1,1 bilhão em investimentos neste primeiro ano de operações, trazendo melhorias e avanços importantes em saneamento nas suas áreas de concessão;**
- **Em 14 de dezembro, a Companhia, em conjunto com a coligada Águas do Rio 1, assinou contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) com abertura de crédito de, aproximadamente, R\$ 7,8 bilhões para a Águas do Rio 1 e R\$ 11,5 para a coligada Águas do Rio 4, totalizando R\$ 19,3 bilhões e prazo de até 28 anos para financiamento dos investimentos em abastecimento de água e esgotamento sanitário e parte da outorga pela exploração das concessões;**
- **Também em dezembro, a Companhia assinou acordo com a Petrobras para fornecimento de água de reuso para operações industriais, caracterizando o maior projeto de reuso industrial até o momento no Brasil.**

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Mensagem da Administração

Em novembro de 2022 a Companhia completou 1 ano de operações. No mesmo mês, o presidente da Águas do Rio, Alexandre Bianchini, durante participação em um dos painéis da Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 27), realizada no Egito, relatou o caso de uma moradora de 37 anos que nunca tinha tomado um banho de chuveiro em sua casa, na comunidade da Mangueira, na Zona Norte do Rio. A mãe de quatro filhos agora tem água tratada encanada e este relato exemplificou o trabalho que está sendo realizado pela Águas do Rio.

O Estado do Rio de Janeiro realizou a maior concessão pós Marco Legal do Saneamento no fim de abril do ano passado e tem atraído os olhares nacionais e internacionais para os resultados que já começam a ser contabilizados. Em conjunto com a Águas do Rio 4, mais de três milhões de pessoas foram beneficiadas com melhorias no abastecimento de água. Dentro desse marco, destaca-se um outro número muito significativo: 250 mil pessoas passaram a receber água encanada de qualidade, com procedência confiável, pela primeira vez em suas casas, a maioria em comunidades, como foi o caso apresentado na COP 27. E em torno de 1,7 milhão de cidadãos foram impactados positivamente com melhorias em esgotamento sanitário.

Além de levar saúde e dignidade para a população mais carente através do saneamento básico, o caminho que está sendo trilhado pela Águas do Rio traz à tona uma situação relevante para a segurança hídrica: o desperdício de água tratada, o qual combatemos em todos os municípios atendidos.

A substituição de um trecho de adutora no município de São Gonçalo no começo de novembro, por exemplo, pôs fim a um vazamento que desperdiçava um milhão de litros por dia, suficiente para abastecer seis mil pessoas por dia. Volume ainda maior foi encontrado na cidade de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, onde um problema em uma

válvula ventosa desperdiçou cerca de um bilhão de litros de água ao longo de duas décadas e foi solucionado pela concessionária, durante uma vistoria técnica.

Alinhada às melhores práticas globais e ao compromisso com a agenda 2030 da ONU, a concessionária vem atuando em diversas frentes para estabelecer um modelo sustentável de abastecimento de água tratada, seja realizando melhorias nos sistemas de distribuição, promovendo ações para o consumo consciente ou viabilizando a utilização da água de reuso nas indústrias.

O acordo assinado, no início de dezembro de 2022 com a Petrobras - definindo que as operações industriais da Refinaria Duque de Caxias (REDUC) e no Polo Gaslub, em Itaboraí, ambos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, passarão a ser abastecidas com água de reuso - firma o maior projeto de reuso industrial até o momento no Brasil; um volume anual de pelo menos 29 mil m³ de água. Por isso, celebramos o acordo com a Petrobras, para o crescimento econômico dos polos industriais, otimizando o uso dos recursos naturais e garantindo a disponibilidade desse bem essencial aos mais vulneráveis.

Todo esse trabalho que vem transformando vidas e o cenário do saneamento no estado do Rio está sendo reconhecido pelo mercado e resultou no maior financiamento para saneamento já realizado no Brasil. A Águas do Rio terá linhas de crédito de até R\$ 19,3 bilhões para fazer os investimentos necessários para atingir as metas de universalização. A contratação deste financiamento, considerada histórica pelo BNDES, está em linha com a estratégia da Aegea de gestão da estrutura de capital, com foco na disciplina financeira.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Visando o financiamento total do CAPEX necessário para a universalização, a Águas do Rio irá contar ainda com outras fontes de financiamento em fase de contratação, como agências multilaterais internacionais, atendendo ao desejo do mercado de financiar projetos alinhados aos pilares ESG, os quais sustentam o Ecossistema Aegea que pertencemos e que conquistou, em 2022, o 1º lugar mundial entre empresas pares do segmento no ranking do Rating ESG da Sustainalytics, organização do grupo Morningstar líder em pesquisa, classificações e análises de ESG que apoia investidores em todo o mundo.

A Administração

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Destaques Financeiros

Destaques Financeiros (´000)	4T22	12M22
Receita operacional líquida¹	677.638	3.498.077
Receita de água	777.927	2.844.104
Receita de Esgoto	407.023	1.464.278
Deduções da receita	(507.312)	(810.305)
Custos e despesas operacionais²	(504.258)	(2.590.203)
EBITDA	173.380	907.874
Margem EBITDA	25,6%	26,0%
Resultado Financeiro	(76.633)	(156.918)
Lucro Líquido	22.486	342.744

Receita Líquida¹

No 4T22, a Receita Operacional Líquida atingiu R\$ 677,6 milhões, dos quais 66% correspondem à receita de água e 34% à receita de esgoto.

No 12M22, a Receita Operacional Líquida atingiu R\$ 3,5 bilhões.

Economias³

Ao final de 2022, a Companhia apresentava 2.842,1 mil economias ativas, como observado no quadro a seguir:

Economias ativas	4T22
Água	1.906.987
Esgoto	935.131
Total	2.842.118

Volume faturado

No 4T22, o volume faturado total foi de 161.474 mil m³, sendo que 103.856 mil m³, ou 64%, correspondeu aos serviços de água e 57.618 mil m³, ou 36%, ao tratamento de esgoto.

No 12M22, o volume faturado total foi de 601.392 mil m³, sendo que 384.077 mil m³, ou 64%, correspondeu aos serviços de água e 217.315 mil m³, ou 36%, ao tratamento de esgoto.

¹ Receita operacional líquida registrada nas Demonstrações Financeiras Intermediárias - ITR, nota nº 14, deduzidas as receitas de construção com margem próxima a zero (OCPC05) e sem efeito-caixa, sendo R\$ 255,6 milhões no 4T22 e R\$ 697,8 milhões no 12M22.

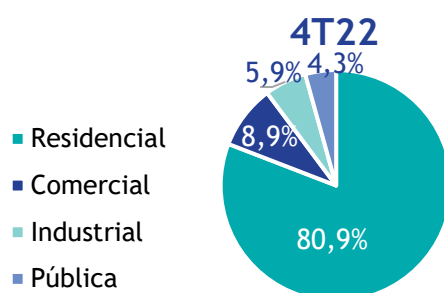
² Valores não contemplam as receitas e custos de construção do ativo intangível e efeitos de amortização e depreciação.

³ Por Economias entende-se imóvel de uma única ocupação, ou subdivisão de imóvel com ocupação independente das demais, perfeitamente identificável ou comprovável em função da finalidade de sua ocupação legal, dotado de instalação privativa ou comum para o uso dos serviços de abastecimento de água ou de coleta de esgoto. Exemplo, um prédio com 10 apartamentos possui uma ligação e 10 economias.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Volume faturado ('000 m³)	4T22	12M22
Água	103.856	384.077
Esgoto	57.618	217.315
Total	161.474	601.392

No gráfico a seguir, é demonstrado o volume faturado por categoria de consumo. No 4T22, a maior concentração de consumo ficou com o segmento residencial, que representou 80,9% do volume total faturado.

Volume faturado de água por categoria (%)**Custos e Despesas**

No 4T22, os custos e despesas, descontados os efeitos da amortização e depreciação e os custos de construção sem margem, totalizaram R\$ 504,3 milhões. As despesas do trimestre foram parcialmente compensadas por um estorno na linha de PECLD relativo à negociação do contrato com grandes clientes.

No 12M22, os custos e despesas, descontados os efeitos da amortização e depreciação e os custos de construção sem margem, totalizaram R\$ 2,6 bilhões.

Na tabela a seguir, os custos e despesas do trimestre e do período acumulado:

Custos e Despesas ('000)	4T22	12M22
Pessoal	(29.232)	(122.815)
Serviços de terceiros	(440.372)	(1.654.339)
Materiais, equipamentos e veículos	(3.374)	(14.078)
Custo de concessão	(27.743)	(105.833)
Energia Elétrica	(29.114)	(138.588)
PECLD	54.187	(450.142)
Locação	(14.567)	(41.023)
Outros	(14.043)	(63.385)
Custos e despesas operacionais¹	(504.258)	(2.590.203)
Depreciação e Amortização	(62.373)	(232.460)
Total	(566.631)	(2.822.663)

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

EBITDA

No 4T22 o EBITDA da Companhia atingiu R\$ 173,4 milhões com margem EBITDA de 25,6%.

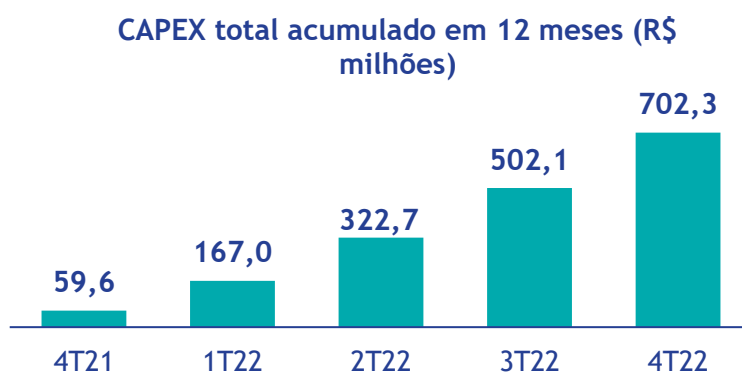
No 12M22, o EBITDA foi de R\$ 907,9 milhões com margem EBITDA de 26,0%.

Abaixo a conciliação do EBITDA segundo a Instrução CVM 527.

EBITDA (´000)	4T22	12M22
Lucro Líquido	22.486	342.744
(+) Resultado Financeiro	76.633	156.918
(+) Imposto sobre Lucro	11.888	175.752
(+) Depreciação e Amortização	62.373	232.460
EBITDA	173.380	907.874
Margem EBITDA	25,6%	26,0%

CAPEX

Em 2022, a Companhia realizou investimentos totalizando R\$ 702,3 milhões.



Endividamento

No 4T22, a Companhia registrou dívida bruta de R\$ 3,5 bilhões, correspondendo à sua primeira emissão de debêntures.

Endividamento (R\$ milhares)	12M22
Dívida Líquida	3.285.487
(+) Dívida Bruta	3.477.721
(-) Caixa e Disponibilidades	(192.234)
Patrimônio Líquido	3.945.339
Dívida Bruta / Patrimônio Líquido	0,88x

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Resultado Gerencial Águas do Rio**

A Águas do Rio 4 e a coligada Águas do Rio 1 são sociedades por ações de propósito específico - SPE, que possuem a mesma estrutura acionária e que têm por objeto social a prestação regionalizada dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário na área da concessão relativa aos blocos 4 e 1, respectivamente, do leilão da Cedae (Edital de Concorrência Internacional nº 001/2021).

Por questões contratuais, foram constituídas duas SPEs, mas a Águas do Rio opera de forma conjunta, visando maximizar as sinergias e os ganhos de eficiência de ambas as empresas. Por isso, apresentamos neste relatório a análise gerencial de Águas do Rio 4 e a Águas do Rio 1 (juntas “Águas do Rio”), para demonstrar, da melhor maneira, os resultados operacionais e financeiros a partir das sinergias capturadas em ambas as empresas.

O resultado gerencial da Águas do Rio no 4T22 foi uma Receita Líquida de R\$ 1,1 bilhão, EBITDA de R\$ 344,1 milhões e Lucro Líquido de R\$ 76,0 milhões. No 12M22, foi uma Receita Líquida de R\$ 4,9 bilhões, EBITDA de R\$ 1,4 bilhão e Lucro Líquido de R\$ 468,4 milhões.

Algumas alavancas impulsionaram estes resultados, dentre elas um plano de ação focado em cada categoria de cliente:

- Para os grandes clientes, que representam cerca de 10% do total de clientes e que contribuem com cerca de 75% da receita, a Águas do Rio implementou um programa dedicado de relacionamento focado na adesão de novos clientes, instalação de telemetria, substituição de hidrômetros e regularização das ligações.
- Para os demais clientes, o foco é na aproximação via Programa Afluentes e Vem com a Gente, prestação de serviço de excelência com garantia de regularidade e eliminação de fraudes, com ampliação de beneficiários do Tarifa Social.

Destaques Financeiros

Destaques Financeiros (´000)	4T22	12M22
Receita operacional líquida¹	1.098.758	4.928.947
Receita de água	1.093.577	3.883.803
Receita de Esgoto	563.942	2.007.811
Deduções da receita	(558.761)	(962.667)
Custos e despesas operacionais²	(754.658)	(3.512.764)
EBITDA	344.100	1.416.183
Margem EBITDA	31,3%	28,7%
Resultado Financeiro	(95.399)	(208.104)
Lucro Líquido	76.054	468.406

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Receita Líquida

No 4T22, a Receita Operacional Líquida atingiu R\$ 1,1 bilhão, dos quais 66% corresponde à receita de água e 34% à receita de esgoto.

No 12M22, a Receita Operacional Líquida chegou a R\$ 4,9 bilhões.

Economias

Ao final de 2022, a Águas do Rio apresentava 3.971,0 mil economias ativas, como observado no quadro a seguir:

Economias ativas	4T22
Água	2.754.789
Esgoto	1.216.187
Total	3.970.976

Volume faturado

No 4T22, o volume faturado total foi de 222.311 mil m³, sendo que 145.725 mil m³, ou 67%, correspondeu aos serviços de água e 76.585 mil m³, ou 34%, ao tratamento de esgoto.

No 12M22, o volume faturado total foi de 820.120 mil m³, sendo que 530.406 mil m³, ou 65%, correspondeu aos serviços de água e 289.714 mil m³, ou 35%, ao tratamento de esgoto.

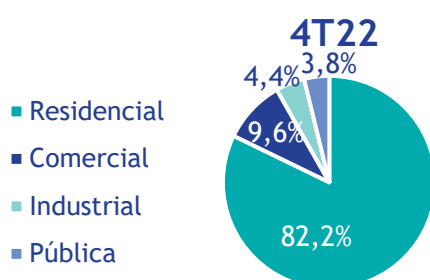
Volume faturado ('000 m ³)	4T22	12M22
Água	145.725	530.406
Esgoto	76.585	289.714
Total	222.311	820.120

No gráfico a seguir é demonstrado o volume faturado por categoria de consumo. No 4T22, a maior concentração de consumo ficou com o segmento residencial, que representou 82% do volume total faturado.

1- Receita operacional líquida registrada nas Demonstrações Financeiras Intermediárias - ITR, nota nº 14, deduzidas as receitas de construção com margem próxima a zero (OCPC05) e sem efeito-caixa, sendo R\$ 401,2 milhões no 4T22 e R\$ 1,1 bilhão no 12M22.

2- Valores não contemplam as receitas e custos de construção do ativo intangível e efeitos de amortização e depreciação.

3- Por Economias entende-se imóvel de uma única ocupação, ou subdivisão de imóvel com ocupação independente das demais, perfeitamente identificável ou comprovável em função da finalidade de sua ocupação legal, dotado de instalação privativa ou comum para o uso dos serviços de abastecimento de água ou de coleta de esgoto. Exemplo, um prédio com 10 apartamentos possui uma ligação e 10 economias.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Volume faturado de água por categoria (%)****Custos e Despesas**

No 4T22, os custos e despesas, descontados os efeitos da amortização e depreciação e os custos de construção sem margem, totalizaram R\$ 754,7 milhões. As despesas do trimestre foram parcialmente compensadas por um estorno na linha de PECLD relativo à negociação do contrato com grandes clientes.

No 12M22, os custos e despesas, descontados os efeitos da amortização e depreciação e os custos de construção sem margem, totalizaram R\$ 3,5 bilhões.

Na tabela a seguir, os custos e despesas do trimestre e do período acumulado:

Custos e Despesas ('000)	4T22	12M22
Pessoal	(60.410)	(237.511)
Serviços de terceiros	(578.047)	(2.174.285)
Conservação e manutenção	(4.033)	(9.188)
Materiais, equipamentos e veículos	(8.074)	(25.407)
Custo de concessão	(40.748)	(153.819)
Energia Elétrica	(39.672)	(188.281)
PECLD	27.563	(544.776)
Locação	(24.891)	(73.494)
Outros	(26.346)	(106.003)
Custos e despesas operacionais	(754.658)	(3.512.764)
Depreciação e Amortização	(131.462)	(492.471)
Total	(886.120)	(4.005.235)

EBITDA

No 4T22, o EBITDA da Águas do Rio atingiu R\$ 344,1 milhões com margem EBITDA de 31,3%.

No 12M22, o EBITDA atingiu R\$ 1,4 bilhão, com margem EBITDA de 28,7%.

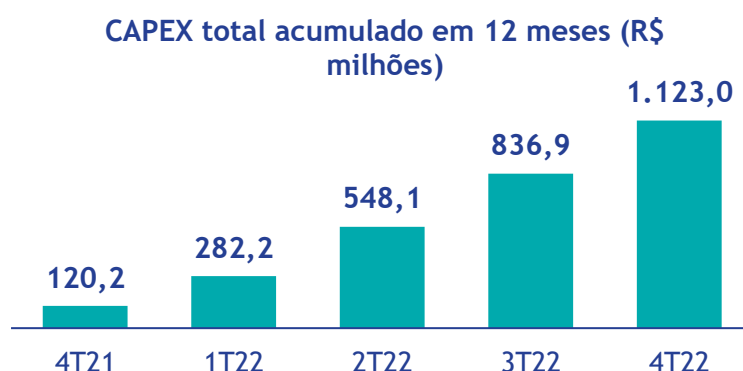
Abaixo a conciliação do EBITDA segundo a Instrução CVM 527.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

EBITDA (´000)	4T22	12M22
Lucro Líquido	76.054	468.406
(+) Resultado Financeiro	95.399	208.104
(+) Imposto sobre Lucro	41.185	247.202
(+) Depreciação e Amortização	131.462	492.471
EBITDA	344.100	1.416.183
Margem EBITDA	31,3%	28,7%

CAPEX

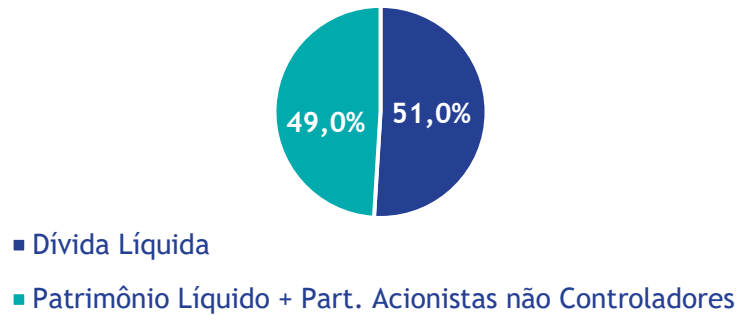
Em 2022, a Águas do Rio realizou investimentos totalizando R\$ 1,1 bilhão.



Endividamento

No 4T22, a Águas do Rio registrou dívida bruta de R\$ 8,0 bilhões, correspondendo a sua primeira emissão de debêntures.

Endividamento (R\$ milhares)	12M22
Dívida Líquida	7.662.531
(+) Dívida Bruta	7.978.522
(-) Caixa e Disponibilidades	(315.991)
Patrimônio Líquido	7.367.236
Dívida Bruta / Patrimônio Líquido	1,08x

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Estrutura de Capital - 4T22****Declaração do artigo 2º da Instrução CVM nº 381/03**

Os auditores independentes da Companhia (Ernst & Young Auditores Independentes S.S.) foram contratados, em dezembro de 2022, para prestar serviço de asseguração limitada sobre o Relatório de Sustentabilidade da ano-base 2022 da Aegea Saneamento e Participações S.A., ("Aegea") controladora da Companhia, em conformidade com a Norma e Procedimento de Asseguração NBC TO 3000, emitida pelo CFC (Conselho Federal de Contabilidade) para asseguração de informações não financeiras, e de acordo com o Comunicado Técnico 07/2012 emitido pelo IBRACON (Instituto dos Auditores Independentes do Brasil). O serviço será executado num prazo inferior a 1 ano e por ele é devido honorários totais no montante de R\$ 103.000,00, representando 2,11% dos honorários relativos aos serviços de auditoria das demonstrações financeiras da Aegea. Ressalta-se que os trabalhos de asseguração limitada do Relatório de Sustentabilidade, tanto na Aegea quanto na firma de auditoria, serão realizados por equipes diferentes daquelas responsáveis pela auditoria das demonstrações financeiras, não havendo, portanto, perda de independência ou objetividade dos auditores independentes.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Demonstrações Financeiras

Balanço Patrimonial

(valores R\$ milhares)

	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO CIRCULANTE	1.584.350	866.858
Caixa e equivalentes de caixa	87.872	15.370
Aplicações financeiras	104.362	191.064
Contas a receber de clientes	1.363.485	651.082
Estoques	14.823	2.551
Tributos a recuperar	8.783	1.924
Outros créditos	5.025	4.867
ATIVO NÃO CIRCULANTE	8.511.105	7.313.668
Contas a receber de clientes	15.954	9
Depósitos judiciais	3.819	-
Imobilizado	53.169	18.437
Ativo de contrato da concessão	244.861	39.497
Intangível	8.193.302	7.255.725
TOTAL ATIVO	10.095.455	8.180.526
PASSIVO CIRCULANTE	4.586.260	545.783
Fornecedores e empreiteiros	839.768	374.818
Debêntures	3.477.721	64.864
Obrigações trabalhistas e sociais	23.745	2.997
Obrigações fiscais	8.931	20.693
Dividendos a pagar	142.610	61.208
Outras contas a pagar	93.485	21.203
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.675.071	4.754.841
Fornecedores e empreiteiros	101	201
Debêntures	-	3.366.958
Passivo fiscal diferido	165.204	75.738
Outras contas a pagar	1.509.766	1.311.944
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.834.124	2.879.902
Capital social	2.795.969	2.346.068
Reserva de capital	656.234	448.045
Reservas de lucros	347.131	85.789
Adiantamento para futuro aumento de capital	34.790	-
TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10.095.455	8.180.526

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Demonstração do Resultado**

(valores R\$ milhares)

	31/12/2022	31/12/2021
Receita bruta	5.006.153	773.143
Receita direta	4.308.382	721.117
Receita de construção ativo intangível	697.771	52.026
Deduções da receita bruta	(810.305)	(74.096)
Receita operacional líquida	4.195.848	699.047
Custos dos serviços prestados	(2.755.849)	(382.909)
Custos operacionais	(2.058.078)	(330.883)
Custos de construção ativo intangível	(697.771)	(52.026)
Despesas Operacionais	(764.585)	(85.938)
Gerais e administrativas	(765.095)	(85.938)
Outras receitas e despesas operacionais líquidas	510	-
Resultado operacional	675.414	230.200
Resultado financeiro	(156.918)	(7.465)
Imposto de renda e contribuição social	(175.752)	(75.738)
Resultado do Período	342.744	146.997

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Demonstração do Fluxo de Caixa**

(valores R\$ milhares)

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes dos tributos	518.496	222.735
Ajustes para:	703.824	73.329
Amortização e depreciação	232.460	35.222
Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa	450.142	31.850
Resultado na baixa de imobilizado	191	-
Rendimentos de aplicações financeiras	(20.210)	(9.740)
Encargos sobre debêntures	20.217	9.740
Ajuste a valor presente de clientes	3.518	3
Amortização do custo de captação	17.506	6.254
Variações nos ativos e passivos	(668.338)	(273.820)
(Aumento) / Diminuição dos ativos	(1.206.707)	(690.581)
Contas a receber de clientes	(1.182.007)	(682.944)
Estoques	(12.272)	(2.551)
Depósitos judiciais	(3.819)	-
Tributos a recuperar	(8.451)	(219)
Outros créditos	(158)	(4.867)
Aumento / (Diminuição) dos passivos	538.369	416.761
Fornecedores e empreiteiros	464.850	375.019
Obrigações trabalhistas e sociais	20.748	2.997
Obrigações fiscais	(11.762)	20.693
Outras contas a pagar	64.533	18.052
Juros pagos	(494.289)	(58.289)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(80.036)	-
Fluxo de caixa líquido usados nas atividades operacionais	(20.343)	(36.045)
Aplicações financeiras, líquidas	86.210	(188.901)
Juros recebidos	16.044	5.872
Aquisição de imobilizado	(4.518)	(7.539)
Aquisição de ativo de contrato da concessão	(697.771)	(52.026)
Aquisição de intangível	-	(5.860.808)
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento	(600.035)	(6.103.402)
Aumento de capital social	658.090	2.346.068
Debêntures captadas	-	3.400.000
Custo de emissão de debêntures	-	(39.296)
Reserva de capital	-	448.045
Adiantamento para futuro aumento de capital F	34.790	-
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	692.880	6.154.817
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	72.502	15.370
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	15.370	-
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	87.872	15.370
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	72.502	15.370

Notas Explicativas

1. Contexto operacional

A Águas do Rio 4 SPE S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de propósito específico, com registro de companhia aberta na categoria "B" perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), desde 30 de março de 2022, domiciliada no Brasil, com sede localizada na cidade do Rio de Janeiro - RJ, têm por objeto social, a prestação regionalizada dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário na área da concessão relativos aos municípios de Belford Roxo, Duque de Caxias, Japeri, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Queimados, São João de Meriti e alguns bairros do Rio de Janeiro (Região 4), por meio da exploração das infraestruturas integrantes do sistema, nos termos e condições do contrato de concessão 033/2021, celebrado com o Estado do Rio de Janeiro, após se sagrar vencedora do Bloco nº 4 do Edital de Concorrência Internacional nº 001/2021 pelo período de 35 anos de concessão.

Segmento Operacional

A Administração da Companhia avaliou a natureza do ambiente regulado em que opera e identificou que sua atuação tem como finalidade a prestação de serviços de saneamento (utilidade pública), a qual é utilizada, inclusive, para o gerenciamento das operações e tomada de decisões estratégicas, sendo a única origem de fluxos de caixa operacionais. Sendo assim, concluiu que atua apenas nesse único segmento operacional.

2. Base de preparação

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A Companhia foi constituída em 26 de maio de 2021, motivo pelo qual afeta a comparabilidade das demonstrações do resultado do exercício, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixas e do valor adicionado.

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 23 de fevereiro de 2023.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Notas Explicativas

2. Base de preparação--Continuação

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto se indicado de outra forma.

c) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos e incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nos seguintes itens:

- Reconhecimento e mensuração de perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 6);
- Definição de vida útil do ativo imobilizado;
- Definição de vida útil do ativo intangível (nota explicativa nº 9);
- Reconhecimento de receita (nota explicativa nº 14); e
- Reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos (nota explicativa nº 17).

d) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 18.

Notas Explicativas

3. Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a) Receita de contrato com cliente

A Companhia reconhece suas receitas, pelo seu valor justo, à medida que satisfaz as obrigações de desempenho. As principais fontes de receita da Companhia estão descritas a seguir:

(i) *Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto*

A receita relacionada ao serviço de abastecimento de água e tratamento de esgotamento sanitário compreende a obrigação de desempenho que é composta pelo ciclo completo de operação do sistema sanitário, sendo: adução, tratamento e distribuição de água e coleta, tratamento e destinação do esgoto, sendo reconhecida por ocasião da medição do consumo de água.

(ii) *Outros serviços indiretos de água e esgoto*

A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviços de ligação de esgoto, instalações de hidrômetros e ligação e religação de água, sendo as obrigações de desempenho atendidas na conclusão de cada serviço prestado, e a receita reconhecida neste momento.

(iii) *Receitas de construção ativo intangível*

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio da obra realizada. Essa receita é composta pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é próxima a zero.

b) Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

(i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e/ou ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros.

Notas Explicativas

3. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

(i) *Reconhecimento e mensuração inicial--Continuação*

Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPJ”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado ou mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Notas Explicativas

3. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

(ii) *Mensuração subsequente*

Ativos financeiros

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros da Companhia são classificados nas categorias abaixo:

- Ativos financeiros ao custo amortizado;

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Passivos financeiros

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros da Companhia são classificados na seguinte categoria:

- Passivos financeiros ao custo amortizado

Após o reconhecimento inicial são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

3. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

(iii) *Desreconhecimento*

Ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

Passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

3. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

(iv) *Compensação*

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, ou seja, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

(v) *Receitas financeiras e despesas financeiras*

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de rendimentos de aplicações financeiras e juros e multa recebidos ou auferidos.

As despesas financeiras abrangem encargos sobre debêntures, impostos sobre receitas financeiras (PIS/COFINS), amortização do custo de captação e descontos concedidos.

c) Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas aquele ativo ou passivo.

d) Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) *Ativos financeiros não-derivativos*

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

Notas Explicativas

3. Principais políticas contábeis--Continuação

d) Redução ao valor recuperável (impairment)--Continuação

(i) *Ativos financeiros não derivativos*--Continuação

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

A Administração determinou que a perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é mensurada pela expectativa de perda futura através de padrões históricos de inadimplência, conforme matriz de provisões.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso para cada período dentro da sua categoria;
- Reestruturação de um valor devido em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Notas Explicativas

3. Principais políticas contábeis--Continuação

d) Redução ao valor recuperável (impairment)--Continuação

(i) *Ativos financeiros não derivativos*--Continuação

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte, ou seja, quando não há expectativa de recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. Para créditos baixados como perda, recuperados através de ações comerciais, eventuais descontos concedidos são reconhecidos no resultado financeiro.

(ii) *Ativos não financeiros*

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

e) Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

Notas Explicativas

3. Principais políticas contábeis--Continuação

f) Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento, ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra. Além disso, a Companhia também aplica a isenção de reconhecimento para os ativos de baixo valor. Os pagamentos desses arrendamentos de curto prazo e de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Notas Explicativas

3. Principais políticas contábeis--Continuação

g) Benefícios a empregados

(i) *Benefício de curto prazo a empregados*

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado, a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tiver presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) *Benefício pós-emprego - planos de saúde*

A Companhia oferece a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde a Companhia é copatrocinadora do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal, podendo ser estendido aos seus cônjuges e dependentes. Os custos com contribuições mensais definidas feitas pela Companhia são reconhecidos mensalmente no resultado respeitando o regime de competência.

Os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados a estes planos são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuário independente.

h) Ativos intangíveis

A Companhia possui como ativos intangíveis itens relacionados ao Contrato de Concessão de Serviços e direito de exploração de infraestrutura conforme descrito no item “j”. São mensurados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, à qual é calculada de acordo com a sua vida útil estimada.

i) Ajustes a valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo, estão ajustados pelo seu valor presente, conforme CPC 12. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Estão ajustados pelo seu valor presente as rubricas: direito de outorga conforme nota explicativa nº 9 e outorga a pagar conforme nota explicativa nº 12.

Notas Explicativas

3. Principais políticas contábeis--Continuação

j) Tributos

(i) *Imposto de renda e contribuição social*

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Imposto corrente

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores

Imposto diferido

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício diferido são reconhecidos tendo como base os prejuízos fiscais, a base negativa da Contribuição Social, diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e aos valores utilizados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social descritas acima, compreendem o Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos que são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Notas Explicativas

3. Principais políticas contábeis--Continuação

j) Tributos--Continuação

(i) *Imposto de renda e contribuição social--Continuação*

Exposições fiscais

Na determinação do Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda, tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para Imposto de renda no passivo está adequada com relação a todos os exercícios fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar os seus julgamentos quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

(ii) *Tributos sobre prestações de serviços*

O PIS/PASEP e COFINS do exercício são calculados com base nas alíquotas de 1,65% para PIS e 7,60% para COFINS, no mesmo sentido que geram créditos sobre as aquisições de mercadorias e serviços utilizados nas operações da Companhia.

O PIS/PASEP e COFINS diferidos no Balanço Patrimonial compreendem a proporção das receitas que não foram recebidas das operações com Órgãos Públicos, se mantendo assim até o momento do efetivo recebimento das receitas que lhe deram origem, quando o recolhimento será realizado.

Notas Explicativas

3. Principais políticas contábeis--Continuação

k) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura

A Companhia adotou a prática contábil de ativar o preço total da delegação do serviço público (outorga) como um ativo intangível, em contrapartida a um passivo, dos valores futuros a pagar ao Poder Concedente, ou seja, o contrato de concessão é considerado como um contrato não executório.

A infraestrutura não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e podendo operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante um determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos.

No caso da Companhia não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, portanto nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria e ampliação em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é próxima a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de forma linear pela vida útil ou pelo prazo da concessão, dos dois o menor.

l) Capitalização dos custos das debêntures

Os custos dos empréstimos, financiamentos e debêntures atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção e/ou melhoria.

Notas Explicativas

3. Principais políticas contábeis--Continuação

m) Demonstrações de valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas distribuições durante determinado exercício e é apresentada pela Companhia, como parte integrante das demonstrações financeiras.

n) Resultado por ação básico e diluído

O Resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo exercício.

O Resultado por ação diluído é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo exercício levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição.

o) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações que são validas para exercícios anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2022 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão vigentes.

Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1).

As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias, tais como:

- Contrato Oneroso - custos de cumprimento de contrato;
- Ativo imobilizado - vendas antes do uso pretendido; e
- Referências à Estrutura conceitual.

A vigência dessas alterações deve ser estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem, sendo que, para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a entidade deve aplicar essas alterações nos períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2022.

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia.

Notas Explicativas

3. Principais políticas contábeis--Continuação

o) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022--Continuação

IFRS 1 First-time Adoption of International Financial Reporting Standards - Subsidiária como adotante pela primeira vez

Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia por não ser um adotante pela primeira vez.

IFRS 9 Financial Instruments - Taxas no teste de '10 por cento' para baixa de passivos financeiros (equivalente ao CPC 48 - Instrumentos Financeiros)

A alteração esclarece as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro.

De acordo com as disposições transitórias, a Companhia aplica a emenda aos passivos financeiros que são modificados ou trocados no ou após o início do período de relatório anual em que a entidade aplica a emenda pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, pois não houve modificações nos instrumentos financeiros da Companhia durante o exercício.

IAS 41 Agriculture – Tributação em mensuração a valor justo (equivalente ao CPC 29 -Ativo Biológico e Produto Agrícola)

Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia uma vez que não possuía ativos no âmbito da IAS 41 à data de relato.

p) Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- IFRS 17 - Contratos de seguro
- Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)

Notas Explicativas

3. Principais políticas contábeis--Continuação

p) Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

- Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)
- Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis. (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)

Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis).

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Caixa	12	10
Bancos conta movimento	87.860	15.360
	<u>87.872</u>	<u>15.370</u>

5. Aplicações financeiras

Modalidade	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Certificados de Depósitos Bancários – CDB	-	191.064
Fundo de Investimento Safira	104.362	-
	<u>104.362</u>	<u>191.064</u>

A rentabilidade média atrelada ao CDI dos Certificados de Depósitos Bancários – CDB e do fundo de investimento é em média de 101,46% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (73,23% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

A carteira dos fundos de investimentos onde a Companhia detém cotas, correspondem a aplicações em outros fundos de investimento multimercado de crédito privado, não exclusivo. O fundo é registrado junto à CVM.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 18 - Instrumentos financeiros.

Notas Explicativas

6. Contas a receber de clientes

	2022	2021
Serviços de água e esgoto	1.722.522	500.803
Receita a faturar de serviços de água e esgoto	138.909	182.138
(-) Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa	(481.992)	(31.850)
	<u>1.379.439</u>	<u>651.091</u>
Circulante	1.363.485	651.082
Não circulante	15.954	9

Os vencimentos das contas a receber dos serviços de água e esgoto em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão assim representados:

Classe de consumidor	Saldos a vencer	Saldos vencidos			Total	Total em 2022
		Até 180 dias	De 181 a 365 dias	De 366 a 730 dias		
Residencial	303.762	439.469	316.331	11.289	767.089	1.070.851
Comercial	141.637	186.602	134.050	5.055	325.707	467.344
Industrial	19.454	6.844	3.758	61	10.663	30.117
Setor público	33.793	27.192	8.984	1.031	37.207	71.000
Subtotal consumidores	<u>498.646</u>	<u>660.107</u>	<u>463.123</u>	<u>17.436</u>	<u>1.140.666</u>	<u>1.639.312</u>
Renegociações (i)	69.344	12.434	1.431	1	13.866	83.210
	<u>567.990</u>	<u>672.541</u>	<u>464.554</u>	<u>17.437</u>	<u>1.154.532</u>	<u>1.722.522</u>

Classe de consumidor	Saldos a vencer	Saldos vencidos		Total	Total em 2021
		Até 180 dias			
Residencial	251.524	19.668		19.668	271.192
Comercial	118.518	12.723		12.723	131.241
Industrial	46.830	12.991		12.991	59.821
Setor público	23.566	14.748		14.748	38.314
Subtotal consumidores	<u>440.438</u>	<u>60.130</u>		<u>60.130</u>	<u>500.568</u>
Renegociações (i)	233	2		2	235
	<u>440.671</u>	<u>60.132</u>		<u>60.132</u>	<u>500.803</u>

- (i) O saldo na linha de renegociações em 31 de dezembro de 2022 está líquido do ajuste a valor presente no valor de R\$ 3.521 calculados individualmente para cada fatura com base na taxa média de 6,78% a.a. (R\$ 3 e 4,23% a.a. em 31 de dezembro de 2021). Em 31 de dezembro de 2022, foram registrados no resultado do exercício o montante líquido de R\$ 3.518 de provisão de ajuste a valor presente (R\$ 3 em 31 de dezembro de 2021).

A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa tem as seguintes movimentações em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Natureza	Saldo em 2021	Resultado	Saldo em 2022
		Adições	
Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (ii)	<u>(31.850)</u>	<u>(450.142)</u>	<u>(481.992)</u>

Notas Explicativas**6. Contas a receber de clientes--Continuação**

Natureza	Resultado	
	Adições	Saldo em 2021
Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (ii)	(31.850)	(31.850)

(ii) O grupo compreende as categorias residencial, comercial e industrial.

7. Transações com partes relacionadas**Outras transações com partes relacionadas**

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos naquelas datas, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem de transações com acionistas e ou companhias a eles relacionadas, e tais transações são realizadas de acordo com as condições acordadas entre as partes.

As operações efetuadas durante os exercícios são demonstradas no quadro a seguir:

	2022	2021
Ativo circulante		
Aplicações financeiras		
Itaú Unibanco S.A.	-	32.133
Outros créditos		
Águas do Rio 1 SPE S.A. (d)	115	-
Ativo não circulante		
Custo na obtenção do contrato no exercício		
Itaú Unibanco S.A.	-	15.608
Aquisições de ativo de contrato da concessão no exercício		
Aesan Engenharia e Participações Ltda. (c)	11.723	890
	<u>11.838</u>	<u>48.631</u>
Passivo circulante		
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 10)		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (a)	147.483	27.650
Aesan Engenharia e Participações Ltda. (c)	5.954	910
Águas do Rio 1 SPE S.A. (d)	-	2.929
GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. (b)	6.060	3.213
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (b)	16.527	-
Manaus Ambiental S.A. (d)	-	104
	<u>176.024</u>	<u>34.806</u>

Notas Explicativas**7. Transações com partes relacionadas--Continuação****Outras transações com partes relacionadas--Continuação**

Outras contas a pagar partes relacionadas	2022	2021
Águas do Rio 1 SPE S.A. (d)	66.984	-
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (d)	3.977	-
Aesan Engenharia e Participações Ltda. (c)	140	-
	<u>71.101</u>	<u>-</u>
Dividendos a pagar		
Agea Saneamento e Participações S.A.	142.160	61.208
Colibri Verde Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior	318	-
Angelo Investment Private Limited	86	-
Itaúsa S.A.	46	-
	<u>142.610</u>	<u>61.208</u>
Debêntures		
Itaú Unibanco S.A. (f)	<u>703.652</u>	<u>-</u>
Passivo não circulante		
Debêntures		
Itaú Unibanco S.A. (f)	<u>-</u>	<u>1.566.322</u>
Custo de Captação no exercício		
Banco Itaú BBA S.A.	<u>-</u>	<u>(4.647)</u>
	<u>1.093.387</u>	<u>1.657.689</u>
Resultado do exercício		
Custos e Despesas		
Agea Saneamento e Participações S.A. (a)	(129.844)	(19.885)
GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. (b)	(11.874)	(1.771)
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (b)	(21.525)	-
	<u>(163.243)</u>	<u>(21.656)</u>
Receitas financeiras		
Itaú Unibanco S.A. (e)	<u>559</u>	<u>8.192</u>
Despesas financeiras		
Itaú Unibanco S.A. (f)	<u>(142.491)</u>	<u>(49.947)</u>
	<u>(305.175)</u>	<u>(63.411)</u>

- (a) Refere-se à serviços administrativos prestados pelo centro de serviços compartilhados. Os serviços em questão se resumem a: contabilidade, tributário, financeiro, recursos humanos, administração de pessoal, centro de segurança da receita, tecnologia da informação e serviços administrativos.
- (b) Refere-se à serviços de implementação e manutenção de software prestados pela GSS – Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. e serviços de locação de veículos prestados pela LVE – Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda.
- (c) Refere-se à contratação de serviços associados a obras de construção e ampliação de redes de água e esgotamento sanitário.
- (d) Refere-se à repasse de gastos administrativos e operacionais que são concentrados na Companhia e rateados com a Águas do Rio 1 SPE S.A. de acordo com critérios de rateio pré-estabelecidos.
- (e) Refere-se aos rendimentos de aplicações financeiras.
- (f) A rubrica compreende as seguintes transações: emissão de debêntures em posse da Itaú Unibanco S.A., despesas e juros incorridos sobre essas operações no resultado do exercício.

Notas Explicativas

8. Ativo de contrato da concessão

			2022	2021
Ativo de contrato da concessão			244.861	39.497
	2021		2022	
	Custo	Adições	Transferências	Custo
Ativo de contrato da concessão	39.497	697.771	(492.407)	244.861
		2021		
		Adições	Transferências	Custo
Ativo de contrato da concessão		52.026	(12.529)	39.497

9. Intangível

Os valores registrados a título de intangível referem-se, substancialmente, ao direito de exploração da infraestrutura da concessão e apresenta as seguintes composições:

a) Composição dos saldos

			2022			2021
Ativo	Vida útil (em anos)	Taxa média anual	Custo	(-) Amortização	Líquido	Líquido
Direito de exploração da infraestrutura						
Outorga / Contrato de concessão	35	2,9%	7.948.873	(252.936)	7.695.937	7.243.196
Instalações técnicas de saneamento	de 03 a 34	3,0%	377.446	(3.958)	373.488	5.476
Edificações de estações de tratamento	de 03 a 34	3,1%	46.179	(1.200)	44.979	4.778
Máquinas e equipamentos	de 05 a 34	8,0%	78.655	(2.320)	76.335	2.275
Outros componentes	15	6,7%	1.804	(22)	1.782	-
			8.452.957	(260.436)	8.192.521	7.255.725
Software						
Licença de uso de Software	03	33,3%	852	(71)	781	-
			852	(71)	781	-
			8.453.809	(260.507)	8.193.302	7.255.725

Notas Explicativas

9. Intangível--Continuação

a) Composição dos saldos--Continuação

Ativo	Vida útil (em anos)	Taxa média anual	2021		
			Custo	(-) Amortização	Líquido
Direito de exploração da infraestrutura					
Outorga / Contrato de concessão	35	2,9%	7.277.734	(34.538)	7.243.196
Instalações técnicas de saneamento	de 03 a 34	3,1%	5.476	-	5.476
Edificações de estações de tratamento	34	3,2%	4.778	-	4.778
Máquinas e equipamentos	de 10 a 15	8,9%	2.275	-	2.275
			<u>7.290.263</u>	<u>(34.538)</u>	<u>7.255.725</u>

b) Movimentação do custo

Ativo	2021	2022	
	Custo	Adições	Custo
Direito de exploração da infraestrutura			
Outorga / Contrato de concessão	7.277.734	671.139 (i)	7.948.873
Instalações técnicas de saneamento	5.476	371.970	377.446
Edificações de estações de tratamento	4.778	41.401	46.179
Máquinas e equipamentos	2.275	76.380	78.655
Outros componentes	-	1.804	1.804
	<u>7.290.263</u>	<u>1.162.694</u>	<u>8.452.957</u>
Software			
Licença de uso de Software	-	852	852
	<u>-</u>	<u>852</u>	<u>852</u>
	<u>7.290.263</u>	<u>1.163.546</u>	<u>8.453.809</u>

Ativo	2021	
	Adições	Custo
Direito de exploração da infraestrutura		
Outorga / Contrato de concessão	7.277.734 (i)	7.277.734
Instalações técnicas de saneamento	5.476	5.476
Edificações de estações de tratamento	4.778	4.778
Máquinas e equipamentos	2.275	2.275
	<u>7.290.263</u>	<u>7.290.263</u>

Notas Explicativas

9. Intangível--Continuação

c) Movimentação da amortização

Ativo	2021	2022	
	Amortização acumulada	Adições	Amortização acumulada
Direito de exploração da infraestrutura			
Outorga / Contrato de concessão	(34.538)	(218.398)	(252.936)
Instalações técnicas de saneamento	-	(3.958)	(3.958)
Edificações de estações de tratamento	-	(1.200)	(1.200)
Máquinas e equipamentos	-	(2.320)	(2.320)
Outros componentes	-	(22)	(22)
	(34.538)	(225.898)	(260.436)
Software			
Licença de uso de Software	-	(71)	(71)
	-	(71)	(71)
	(34.538)	(225.969)	(260.507)

Ativo	2021	
	Adições	Amortização acumulada
Direito de exploração da infraestrutura		
Outorga/Contrato de concessão	(34.538)	(34.538)

- (i) Os juros sobre debêntures, sobre a outorga e o ajuste a valor presente são capitalizados nos ativos qualificáveis, sendo que no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram capitalizados R\$ 502.465, R\$ 90.172 e R\$ 78.502 respectivamente (R\$ 113.413, R\$ 204.966 e R\$ 25.079 respectivamente em 31 de dezembro de 2021).

A Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de testar os bens com vida útil definida em 31 de dezembro de 2022.

10. Fornecedores e empreiteiros

	2022	2021
Fornecedores de materiais e serviços	663.845	340.213
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 7)	176.024	34.806
	<u>839.869</u>	<u>375.019</u>
Circulante	839.768	374.818
Não circulante	101	201

Notas Explicativas

11. Debêntures

<u>Modalidade</u>	<u>Encargos</u>	<u>Vencimento final do contrato</u>	<u>Valor contratado / captado</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Debêntures	CDI +3,5% a.a.	novembro/2023	3.400.000	3.477.721	3.431.822
Circulante				3.477.721	64.864
Não circulante				-	3.366.958
Movimentação das dívidas				2022	2021
Saldo inicial				3.431.822	-
Captação				-	3.400.000
(-) Pagamentos de juros				(494.289)	(58.289)
Provisão de juros (nota explicativa nº 16)				20.217	9.740
Juros capitalizados no intangível				502.465	113.413
(-) Custo de captação do exercício				-	(39.296)
Amortização do custo de captação do exercício				17.506	6.254
Saldo final				3.477.721	3.431.822

O saldo do custo de captação em 31 de dezembro de 2022 totaliza o montante de R\$ 15.536 (R\$ 33.042 em 31 de dezembro de 2021).

a) Debêntures

Em 30 de julho de 2021, mediante a 1ª emissão, a Companhia emitiu 3.400.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da forma nominativa e escritural, em duas séries, da espécie com garantia real, com valor nominal total de R\$ 3.400.000, sendo R\$ 2.570.000 na 1ª série (CDI) e R\$ 830.000 na 2ª série (CDI), já desembolsados.

As debêntures da 1ª série e da 2ª série serão pagas na sua data de vencimento em 11 de novembro de 2023 e os juros pagos trimestralmente a partir de 30 de outubro de 2021. As garantias a tais debêntures são: (i) alienação fiduciária da totalidade das ações da Companhia, e (ii) cessão fiduciária sobre: (a) a totalidade da efetiva receita líquida de exploração auferida pela Companhia em virtude da Concessão; (b) todos os demais direitos creditórios emergentes do Contrato de Concessão; e (c) todos os direitos, atuais ou futuros, detidos e a serem detidos pela Companhia contra o Itaú Unibanco S.A.

Em 08 de dezembro de 2022 a Companhia aprovou a contratação de Financiamento de Longo Prazo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES para financiamento de parte da Outorga pela exploração das concessões e dos investimentos em abastecimento de água e esgotamento sanitário previstos nos Contratos de Concessão e para liquidação das debêntures.

A Companhia mantém em suas debêntures, garantias, restrições e *covenants* usuais de mercado. Todas as cláusulas restritivas, quantitativas e qualitativas, referentes as debêntures estão sendo cumpridas integralmente em 31 de dezembro de 2022.

Notas Explicativas**12. Outras contas a pagar**

	2022	2021
Direito de outorga a pagar (i)	1.480.818	1.304.726
Arrendamentos	43.111	11.121
Outros impostos diferidos	1.980	5.216
Outras contas a pagar	77.342	12.084
	<u>1.603.251</u>	<u>1.333.147</u>
 Circulante	 93.485	 21.203
Não circulante	1.509.766	1.311.944

- (i) O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2022 é devido ao estado do Rio de Janeiro – RJ, que deve ser paga até novembro de 2024, enquanto em aberto a parcela é atualizada pelo IPCA. O saldo está líquido do ajuste a valor presente no montante de R\$ 165.141, calculados com base na taxa média de 7,09% (R\$ 243.644 e 3,94% em 31 de dezembro de 2021).

13. Patrimônio líquido**a) Capital social**

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social integralizado é de R\$ 2.795.969 (R\$ 2.346.068 em 31 de dezembro de 2021) e os acionistas, as quantidades de ações e os respectivos percentuais de participação estão assim apresentados:

31 de dezembro de 2022

	Ações ordinárias	Ações preferenciais Classe A	Classe B
Aegea Saneamento e Participações S.A.	79.440.239	-	318.561.072
Colibri Verde Fundo de Investimento em Participações			
Multiestratégia Investimento no Exterior	-	224.720.548	-
Angelo Investment Private Limited	-	60.628.790	-
Itaúsa S.A.	-	32.411.618	-
	<u>79.440.239</u>	<u>317.760.956</u>	<u>318.561.072</u>

31 de dezembro de 2021

	Ações ordinárias	Ações preferenciais Classe A	Classe B
Aegea Saneamento e Participações S.A.	79.440.239	-	265.695.463
Colibri Verde Fundo de Investimento em Participações			
Multiestratégia Investimento no Exterior	-	224.720.548	-
LT 9 Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior	-	60.628.790	-
Itaúsa S.A.	-	32.411.618	-
	<u>79.440.239</u>	<u>317.760.956</u>	<u>265.695.463</u>

Notas Explicativas**13. Patrimônio líquido--Continuação****a) Capital social--Continuação**

31 de dezembro de 2022

Aegea Saneamento e Participações S.A.
 Colibri Verde Fundo de Investimento em Participações
 Multiestratégia Investimento no Exterior
 Angelo Investment Private Limited
 Itaúsa S.A..

Ações ordinárias	Ações preferenciais	
	Classe A	Classe B
100,00%	-	100,00%
-	70,72%	-
-	19,08%	-
-	10,20%	-
100,00%	100,00%	100,00%

31 de dezembro de 2021

Aegea Saneamento e Participações S.A.
 Colibri Verde Fundo de Investimento em Participações
 Multiestratégia Investimento no Exterior
 LT 9 Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia
 Investimento no Exterior
 Itaúsa S.A.

Ações ordinárias	Ações preferenciais	
	Classe A	Classe B
100,00%	-	100,00%
-	70,72%	-
-	19,08%	-
-	10,20%	-
100,00%	100,00%	100,00%

Em 26 de maio de 2021, foram subscritos R\$ 23, mediante emissão de 794 ações ordinárias no montante de R\$ 2, 3.178 ações preferenciais classe A no montante de R\$ 5 e 1.873 ações preferenciais classe B no montante de R\$ 16, todas as ações são nominativas e sem valor nominal. Do capital social subscrito, R\$ 18 referente a totalidade das ações ordinárias e preferenciais classe B, foram integralizados na mesma data.

Em 19 de julho de 2021, foram subscritos R\$ 2.341.519, mediante emissão de 79.439.445 novas ações ordinárias no montante de R\$ 259.217, 317.757.778 novas ações preferenciais classe A no montante de R\$ 494.609 e 187.438.066 novas ações preferenciais classe B no montante de R\$ 1.587.693, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 29 de julho de 2021, todas as ações ora subscritas foram totalmente integralizadas.

Em 26 de outubro de 2021, foram subscritos R\$ 662.863, mediante emissão de 78.255.524 novas ações preferenciais classe B, sendo 1% do valor destinado à conta de capital social e 99% à conta de reserva de capital. As novas ações foram subscritas pela acionista Aegea Saneamento e Participações S.A. Os demais acionistas renunciaram ao direito de preferência em tal subscrição.

Em 28 de outubro de 2021, o aporte ora subscrito foi parcialmente integralizado no valor de R\$ 397.571. Na mesma data o capital social integralizado é de R\$ 2.345.518, dividido em 79.440.239 ações ordinárias, 317.760.956 ações preferenciais da classe A e 265.695.463, todas nominativas e sem valor nominal.

Notas Explicativas

13. Patrimônio líquido--Continuação

a) Capital social--Continuação

Em 30 de novembro e 27 de dezembro de 2021, foram integralizados R\$ 5.000 e R\$ 50.000. Na mesma data o capital social parcialmente integralizado é de R\$ 2.346.068, dividido em 79.440.239 ações ordinárias, 317.760.956 ações preferenciais da classe A e 265.695.463 ações preferenciais da classe B, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 28 de janeiro de 2022, foram integralizados R\$ 96.000. Na mesma data o capital social parcialmente integralizado é de R\$ 2.347.028, dividido em 79.440.239 ações ordinárias, 317.760.956 ações preferenciais da classe A e 265.695.463 ações preferenciais da classe B, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 25 e 28 de julho de 2022, foram integralizados respectivamente R\$ 20.000 e 94.292. Na mesma data o capital social integralizado é de R\$ 2.348.171, dividido em 79.440.239 ações ordinárias, 317.760.956 ações preferenciais da classe A e 265.695.463 ações preferenciais da classe B, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 30 de novembro de 2022, foram subscritos R\$ 447.798. Na mesma data, foram integralizados R\$ 435.087 mediante capitalização de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital e R\$ 12.710 em moeda corrente nacional. O capital social totalmente integralizado é de R\$ 2.795.969, dividido em 79.440.239 ações ordinárias, 317.760.956 ações preferenciais da classe A e 318.561.071 ações preferenciais da classe B, todas nominativas e sem valor nominal.

b) Adiantamento para futuro aumento de capital

É constituído por adiantamento para futuro aumento de capital, que será convertido em capital social pela acionista Aegea Saneamento e Participações S.A. em assembleia ou em qualquer deliberação que tratar sobre o tema.

Em 30 de novembro e 29 de dezembro de 2022, a acionista Aegea Saneamento e Participações S.A., realizou adiantamentos para futuro aumento de capital na companhia nos montantes de R\$ 14.290 e R\$ 20.500, respectivamente.

c) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), até o limite de 20% do capital social.

Notas Explicativas

13. Patrimônio líquido--Continuação

d) Dividendos

Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal. As ações preferenciais classe B terão preferência no recebimento em relação as ações preferenciais classe A. Sendo que, as ações ordinárias farão jus aos lucros remanescentes.

O requerimento relativo aos dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram atendidos conforme o quadro abaixo:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido do exercício	488.599	146.997
(-) Constituição da reserva legal	<u>(24.430)</u>	<u>(7.350)</u>
Lucro líquido ajustado	464.169	139.647
 Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	 116.042	 34.912
 Dividendos destinados no exercício	 <u>116.042</u>	 <u>61.208</u>
Dividendos destinados do resultado do exercício		

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia declarou R\$ 61.208 a título de dividendos intercalares para as ações preferenciais classe B, sendo R\$ 34.912 incorporados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício.

Em 31 de março de 2022, a Companhia declarou R\$ 64.088 a título de dividendos intercalares para as ações preferenciais classe B.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia destinou R\$ 51.954 a título de dividendos mínimos obrigatórios do exercício.

Em 31 de janeiro de 2023 a Companhia declarou dividendos intercalares ao acionista titular das ações preferenciais classe B no montante de R\$ 16.863.

e) Reserva de retenção de lucros

A Administração da Companhia, nos termos do art. 196 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), propôs retenção, conforme orçamento de capital, da parcela do lucro excedente a constituição da reserva legal e distribuição de dividendos, que estará à disposição para destinação e aprovação na próxima AGO - Assembleia Geral Ordinária.

Notas Explicativas**14. Receita operacional líquida**

	2022	2021
Receita de prestação de serviços		
Serviços de abastecimento de água	2.713.424	467.146
Outros serviços indiretos de água	130.680	9.062
Serviços de esgoto	1.419.792	238.638
Outros serviços indiretos de esgoto	44.486	6.271
Receitas de construção ativo intangível	697.771	52.026
Total receita bruta	5.006.153	773.143
Deduções da receita bruta		
(-) Cancelamentos e abatimentos	(453.752)	(8.146)
(-) Impostos sobre serviços	(356.553)	(65.950)
Total da receita operacional líquida	4.195.848	699.047

15. Custos e Despesas por natureza

	2022	2021
Pessoal	(122.815)	(15.352)
Serviços de terceiros	(1.654.339)	(276.133)
Materiais, equipamentos e veículos	(14.078)	(2.724)
Amortização e depreciação	(232.460)	(35.222)
Custo de concessão	(105.833)	(4.461)
Custo de construção ativo intangível	(697.771)	(52.026)
Energia elétrica	(138.588)	(27.188)
Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa	(450.142)	(31.850)
Locação	(41.023)	(2.395)
Viagens e estadias	(8.132)	(6.623)
Publicidade e propaganda	(29.334)	(6.893)
Outros	(26.429)	(7.980)
	(3.520.944)	(468.847)
 Custos dos serviços prestados	 (2.755.849)	 (382.909)
Despesas administrativas e gerais	(765.095)	(85.938)

Notas Explicativas

16. Resultado financeiro

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receitas		
Rendimentos de aplicações financeiras	20.217	9.740
Juros e multa recebidos ou auferidos	23.439	14
Outras receitas financeiras	316	6
Receitas financeiras	<u>43.972</u>	<u>9.760</u>
Despesas		
Encargos sobre debêntures (nota explicativa nº 11)	(20.217)	(9.740)
Ajuste a valor presente de clientes	(3.518)	(3)
Impostos sobre Receita Financeira (PIS/COFINS)	(2.045)	(453)
Despesas e comissões bancárias	(8.146)	(443)
Descontos concedidos	(139.352)	(150)
Amortização de custo de captação	(17.773)	(6.254)
Outras despesas financeiras	(9.839)	(182)
Despesas financeiras	<u>(200.890)</u>	<u>(17.225)</u>
Resultado financeiro	<u>(156.918)</u>	<u>(7.465)</u>

(i) No saldo de 31 de dezembro de 2022 foi incorridos juros sobre as rubricas de caixa e equivalentes de caixa no montante de R\$ 7.

17. Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL)

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração de resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, está apresentada como segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	518.496	222.735
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	<u>(176.289)</u>	<u>(75.730)</u>
Reversão de despesas indedutíveis	(2.008)	(8)
Doações Lei Rouanet e Caráter desportivo	1.314	-
PAT	1.131	-
Outras diferenças permanentes	100	-
Imposto de renda e contribuição social:		
Corrente	(86.286)	-
Diferido	(89.466)	(75.738)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u>(175.752)</u>	<u>(75.738)</u>
Alíquota efetiva	<u>34%</u>	<u>34%</u>

Notas Explicativas**17. Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL)--Continuação****a) Imposto de renda e contribuição social correntes--Continuação**

Movimentação do imposto de renda e contribuição social pagos	2022
Total do imposto de renda e contribuição social corrente apurados	(86.286)
Antecipação do IRPJ e CSLL	(1.971)
Itens que não afetaram o caixa (ver composição a seguir)	8.221
Total do IRPJ e CSLL pagos conforme demonstração do fluxo de caixa	<u>(80.036)</u>
Transações que afetaram o imposto, mas não envolveram caixa:	
Compensações referente retenções na fonte	8.221
Total	<u>8.221</u>

b) Composição e movimentação dos impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	2021	Resultado	2022
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	10.829	153.048	163.877
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	8.083	96.967	105.050
Provisão para participação nos lucros	93	2.327	2.420
Provisões para riscos cíveis	-	11	11
Ajuste a valor presente de clientes	1	1.196	1.197
Arrendamentos	74	482	556
Ativo fiscal diferido	<u>19.080</u>	<u>254.031</u>	<u>273.111</u>
Juros capitalizados no ativo intangível	(74.469)	(196.211)	(270.680)
Custo de captação de debêntures	(11.234)	5.952	(5.282)
Diferimento do lucro dos órgãos públicos	(9.115)	7.053	(2.062)
Baixa por perda	-	(150.500)	(150.500)
Amortização custo da obtenção de contrato	-	(9.791)	(9.791)
Passivo fiscal diferido	<u>(94.818)</u>	<u>(343.497)</u>	<u>(438.315)</u>
Passivo fiscal diferido líquido	<u>(75.738)</u>	<u>(89.466)</u>	<u>(165.204)</u>
		Resultado	2021
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa		10.829	10.829
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social		8.083	8.083
Provisão para participação nos lucros		93	93
Ajuste a valor presente de clientes		1	1
Arrendamentos		74	74
Ativo fiscal diferido		<u>19.080</u>	<u>19.080</u>
Juros capitalizados no ativo intangível		(74.469)	(74.469)
Custo de captação de debêntures		(11.234)	(11.234)
Diferimento do lucro dos órgãos públicos		(9.115)	(9.115)
Passivo fiscal diferido		<u>(94.818)</u>	<u>(94.818)</u>
Passivo fiscal diferido líquido		<u>(75.738)</u>	<u>(75.738)</u>

Notas Explicativas

18. Instrumentos financeiros

Visão Geral

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia sobre cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração da Companhia tem a responsabilidade pelo estabelecimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco e os gestores de cada área se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de aplicações financeiras.

A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa, em 31 de dezembro de 2022, é de R\$ 481.992, representando aproximadamente 25,89% do saldo de contas a receber em aberto naquela data. Em 31 de dezembro de 2021, esta provisão era de R\$ 31.850, representando aproximadamente 4,66% do saldo de contas a receber em aberto naquela data.

Notas Explicativas**18. Instrumentos financeiros--Continuação**Estrutura de gerenciamento de risco--Continuação*Risco de crédito--Continuação*

Também, a Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito como segue:

	<u>Nota</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Bancos conta movimento	4	87.860	15.360
Aplicações financeiras	5	104.362	191.064
Contas a receber de clientes	6	1.379.439	651.091
		<u>1.571.661</u>	<u>857.515</u>

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações nos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia.

O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

<u>2022</u>							
	<u>Valor contábil</u>	<u>Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)</u>	<u>Até 12 meses</u>	<u>13 a 24 meses</u>	<u>25 a 36 meses</u>	<u>37 a 48 meses</u>	<u>49 meses em diante</u>
Passivos							
Fornecedores e empreiteiros	839.869	839.869	839.768	101	-	-	-
Debêntures	3.477.721	3.976.817	3.976.817	-	-	-	-
Dividendos a pagar	177.251	177.251	177.251	-	-	-	-
Outras contas a pagar	1.603.250	1.624.109	96.850	8.587	1.479.038	5.311	34.323
	<u>6.098.091</u>	<u>6.618.046</u>	<u>5.090.686</u>	<u>8.688</u>	<u>1.479.038</u>	<u>5.311</u>	<u>34.323</u>

Notas Explicativas**18. Instrumentos financeiros--Continuação**Estrutura de gerenciamento de risco--Continuação*Risco de liquidez--Continuação*

2021							
	Valor contábil	Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
Passivos							
Fornecedores e empreiteiros	375.019	375.019	374.818	201	-	-	-
Debêntures	3.431.822	4.356.918	446.305	3.910.613	-	-	-
Outras contas a pagar	1.333.147	1.329.532	16.636	3.340	1.306.754	2.092	710
	5.139.988	6.061.469	837.759	3.914.154	1.306.754	2.092	710

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros tem nos ganhos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

- Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações financeiras, debêntures e outras contas a pagar.

Na data das demonstrações financeiras da Companhia, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	2022	2021
Instrumentos de taxa variável		
<i>Ativos financeiros</i>		
Aplicações financeiras	<u>104.362</u>	<u>191.064</u>
Instrumentos de taxa variável		
<i>Passivos financeiros</i>		
Debêntures	3.493.257	3.464.864
Outras contas a pagar	<u>1.523.929</u>	<u>1.333.147</u>
	<u>5.017.186</u>	<u>4.798.011</u>

Notas Explicativas**18. Instrumentos financeiros--Continuação**Estrutura de gerenciamento de risco--Continuação*Risco de mercado--Continuação*

A Administração da Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável para os próximos 12 meses as mesmas taxas utilizadas na data das demonstrações financeiras. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado e no patrimônio líquido na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Exposição Patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva a.a. em 2022	Cenários				
				I Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
1- Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	104.362	Variação do CDI	13,65%	14.245	17.806	21.368	10.684	7.123
2- Passivos financeiros								
Debêntures	(3.493.257)	Variação do CDI	13,65%	(476.830)	(596.038)	(715.245)	(357.623)	(238.415)
Direito de outorga	(1.480.818)	Variação do IPCA	5,78%	(85.591)	(106.989)	(128.387)	(64.193)	(42.796)
1 + 2 - Exposição Líquida	<u>(4.869.713)</u>			<u>(548.176)</u>	<u>(685.221)</u>	<u>(822.264)</u>	<u>(411.132)</u>	<u>(274.088)</u>

Gerenciamento do capital

A Administração da Companhia procura manter um equilíbrio entre risco, retorno e liquidez na gestão de capital de giro, cujas aplicações financeiras de curto prazo estão atreladas a fundos de Investimentos de liquidez imediata.

Notas Explicativas

18. Instrumentos financeiros--Continuação

Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

No quadro a seguir, apresentamos os valores contábeis e justos, bem como a classificação e a hierarquia dos instrumentos financeiros.

	Nota	Classificação por categoria	Hierarquia do valor justo	Valor contábil		Valor Justo	
				2022	2021	2022	2021
Ativo							
Caixa e equivalentes de caixa (i)	4	Custo amortizado	Nível 2	87.872	15.370	87.872	15.370
Aplicações financeiras (i)	5	Custo amortizado	Nível 2	104.362	191.064	104.362	191.064
Contas a receber de clientes (i)	6	Custo amortizado	Nível 2	1.379.439	651.091	1.379.439	651.091
Total				1.571.673	857.525	1.571.673	857.525
Passivo							
Fornecedores e empreiteiros (i)	10	Custo amortizado	Nível 2	839.869	375.019	839.869	375.019
Dividendos a pagar (i)	7	Custo amortizado	Nível 2	142.610	61.208	142.610	61.208
Debêntures (ii)	11	Custo amortizado	Nível 2	3.477.721	3.431.822	3.594.126	3.657.755
Outras contas a pagar (i)	12	Custo amortizado	Nível 2	1.603.251	1.333.147	1.603.251	1.333.147
Total				6.063.451	5.201.196	6.179.856	5.427.129

- (i) Para algumas das operações a Administração da Companhia considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do vencimento dessas operações.
- (ii) Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM & F Bovespa e Bloomberg) acrescidas dos spreads contratuais e trazido a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

19. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a cobertura de seguros era composta por:

	2022	2021
Danos materiais	69.694	-
Responsabilidade civil	79.052	-
Executante concessionário	453.389	402.196
Risco Engenharia	64.681	-

Notas Explicativas

20. Resultado por ação

Resultado básico e diluído por ação

Resultado básico e diluído por ação	2022	2021
Resultado atribuível aos detentores de ações ordinárias (i)	212.952	64.841
Média ponderada das ações ordinárias (em milhares)	79.440	59.941
Resultado básico por ação - R\$	<u>2,68</u>	<u>1,08</u>
 Resultado Líquido da Companhia	 293.903	 146.997
Média ponderada das ações em circulação (em milhares) (ii)	349.770	464.972
Resultado diluído por ação - R\$	<u>0,84</u>	<u>0,32</u>

(i) Deste saldo foi desconsiderado a participação no resultado do exercício destinado as ações preferenciais.

(ii) Deste número de ações foram desconsideradas as ações preferenciais classe A, visto que estas não são conversíveis em ações ordinárias.

21. Compromissos vinculados a contratos de concessão

A Companhia possui obrigação de pagamento da outorga fixa devida ao Estado do Rio de Janeiro, em três parcelas, sendo a primeira parcela no valor R\$ 4.681.950 paga em 11 de agosto de 2021. A segunda parcela, no valor R\$ 1.080.450 paga em 04 de novembro de 2021. A terceira parcela, no valor de R\$ 1.440.600, corrigíveis pelo IPCA, deve ser paga até novembro de 2024.

A Companhia possui ainda a obrigação de pagamento de outorga variável, sendo que deverá destinar aos municípios atendidos pela prestação regionalizada dos serviços o valor correspondente a 3% (três por cento) do total da receita arrecadada no mês anterior oriundas do pagamento das tarifas por usuários localizados em seu território.

A Companhia pagará mensalmente ao fundo de desenvolvimento da região metropolitana o valor correspondente a 0,5% (meio por cento) do total da receita tarifária arrecadada no mês anterior, nos municípios que compõem a região metropolitana de Estado do Rio de Janeiro.

A Companhia também possui compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação ao Poder Concedente, que corresponde a 0,5% das receitas próprias faturadas mensalmente.

A Companhia possui compromissos: (i) em relação a cobertura de água potável de atender 99% da população até 2033 em todos os municípios da concessão; (ii) com relação a cobertura de esgotamento sanitário de atender 90% da população até 2033 em todos os municípios da concessão; (iii) reduzir os índices de perdas até 2031 para 25%.

Notas Explicativas

22. Aspectos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas as regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Administração da Companhia acredita que nenhuma provisão adicional para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

Proposta de Orçamento de Capital**PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA 2023***(valores expressos em milhares de reais)*

Proposta de Orçamento de Capital:	R\$ 3.236.000
--	----------------------

Aplicações

Investimento planejado para atendimento a compromissos da Companhia	R\$ 3.236.000
---	---------------

Origens / Fontes de Financiamento

Reserva de Retenção de Lucros destinada no exercício de 2022	R\$ 244.205
--	-------------

Outros recursos próprios ou de terceiros	R\$ 2.991.795
--	---------------

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos Diretores da
Águas do Rio 4 SPE S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Águas do Rio 4 SPE S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Redução ao valor recuperável das contas a receber

A mensuração da estimativa de redução ao valor recuperável das contas a receber necessita que a diretoria da Companhia faça o uso de julgamentos significativos relacionados aos dados, critérios e premissas utilizadas. Em função da estimativa envolver um elevado nível de julgamento por parte da diretoria e a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo nível de inadimplência, política de renegociação e parcelamentos e levando em consideração as características específicas das concessões, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento com responsáveis da diretoria acerca dos principais critérios envolvidos na elaboração das premissas da estimativa do valor recuperável das contas a receber; (ii) avaliação das estimativas utilizadas pela diretoria em relação às perdas esperadas contabilizadas; (iii) análise da integridade das bases de cálculo utilizadas; (iv) testes em bases amostrais com o objetivo de validar a classificação dos ativos entre as categorias privado, setor público e renegociações; (v) recálculo matemático dos índices de inadimplência; e (vi) inspeção, em base amostral, das documentações que suportavam negociações realizadas com clientes que justificassem a avaliação da diretoria com relação a parcelamentos.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a redução ao valor recuperável das contas a receber, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável dos respectivos ativos adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas 3.d. e 6, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Capitalização de gastos nos ativos de contrato de concessão e intangível

Os contratos de concessões representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela interpretação contábil ICPC 01 (R1) -

Contratos de Concessão (correlato ao IFRIC 12), o qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os critérios de reconhecimento desses valores, e montantes investidos na infraestrutura estão divulgados nas notas 3.h., 3.k., 8 e 9.

A mensuração do ativo de contrato de concessão e consequentemente do intangível é afetada por elementos subjetivos devido às naturezas diversas dos gastos capitalizados como parte da infraestrutura da concessão, bem como devido ao grau de julgamento para a determinação do ativo intangível. Desta forma, identificamos a capitalização de gastos no ativo de contrato de concessão e intangível como área significativa de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação dos critérios de classificação de gastos como ativo de contrato de concessão e intangível, incluindo aquelas relacionadas ao método de percentual de conclusão das obras; (ii) teste das adições do ativo de contrato de concessão e intangível para validação da existência e avaliação da natureza do gasto e a correta classificação; e (iii) avaliação da natureza dos gastos capitalizados como ativo de contrato de concessões e sua aplicabilidade aos critérios estabelecidos pelo contrato de concessão e normas contábeis vigentes.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios de capitalização de gastos ao ativo de contrato de concessão adotados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações nas notas 3.h., 3.k., 8 e 9, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 23 de fevereiro de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-027623/F

José Antonio de Andrade Navarrete
Contador CRC-1SP198698/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO**

Pelo presente instrumento, os diretores da Águas do Rio 4 SPE S.A, sociedade por ações com sede na Avenida Barão de Tefé, nº 34, sala 801, Bairro Saúde, no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20220-903 ("Companhia"), abaixo designados, declaram que:

reviram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, nos termos e para fins do parágrafo 1º, inciso VI, do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada.

Rio de Janeiro/RJ, 23 de fevereiro de 2023

ALEXANDRE BIANCHINI ANTÔNIO
Diretor Presidente

ANSELMO HENRIQUE SETO LEAL
Diretor de Relações com Investidores

LUIZ CARLOS COSTA COUTO
Diretor Executivo

JOSELIO ALVES RAYMUNDO
Diretor Sem Designação Específica.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, os diretores da Águas do Rio 4 SPE S.A, sociedade por ações com sede na Avenida Barão de Tefé, nº 34, sala 801, Bairro Saúde, no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20220-903 ("Companhia"), abaixo designados, declaram que:

reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, nos termos e para fins do parágrafo 1º, inciso V, do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada

Rio de Janeiro/RJ, 23 de fevereiro de 2023

ALEXANDRE BIANCHINI ANTÔNIO
Diretor Presidente

ANSELMO HENRIQUE SETO LEAL
Diretor de Relações com Investidores

LUIZ CARLOS COSTA COUTO
Diretor Executivo

JOSELIO ALVES RAYMUNDO
Diretor Sem Designação Específica.